

VEZ & VOZ



Informativo da Associação Cearense do Ministério Público
Fortaleza-CE - Ano IV - Nº 16 - Julho/Agosto/2005



Membros do Ministério Público e Magistrados dos Estados e da União com Renan Calheiros

MP e magistratura realizam ato contra corrupção

O presidente da Associação Cearense do Ministério Público, Francisco Gomes Câmara, participou em agosto, em Brasília, da manifestação contra a corrupção e a favor da ética na política. O evento foi realizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), em parceria com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). O ato contou com a presença de Promotores, Procuradores de Justiça e Magistrados de todos os Estados e da União. Durante a abertura do evento, na sede da AMB, foi divulgado um documento cuja finalidade foi condenar a corrupção e pedir soluções rígidas quanto aos culpados envolvidos em tais ações.

No documento, titulado "Carta aberta à Nação", as entidades destacavam que "a República brasileira enfrenta uma de suas piores crises... não existe ninguém acima da lei, que foi feita para todos os cidadãos brasileiros, sem exceção,... todas as situações existentes, baseadas em fundados indícios, exigem uma investigação isenta e criteriosa, mesmo que venham a atingir altas esferas do Executivo e do Legislativo".

Cópias da "Carta aberta à Nação" foram entregues aos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos

Velloso e ao Vice-Procurador Geral da República, Antônio Fernando Souza. A manifestação contou ainda com a presença dos deputados Denise Frossard (PPS-RJ) e Carlos Sampaio (PSDB-SP), integrantes da CPI dos Correios.

Durante o ato a Conamp e a AMB selaram um compromisso de apresentar, em 30 dias, propostas que concedam resultado objetivo do trabalho da Justiça Eleitoral. Afirmaram ainda que propostas nas áreas cível e criminal, serão elaboradas em dois meses com a finalidade de aperfeiçoar a prática investigativa e o combate à corrupção e à improbidade.

(prosseguir na pág. 2)



Para o Promotor de Justiça Gomes Câmara "o ato conjunto de Promotores e Juízes demonstra que as autoridades encarregadas da aplicação da lei não aceitam práticas desvirtuadoras da necessária ética na política, entendendo que as votações das 'Reformas', principalmente a da Previdência Social, estão sob suspeição e são passíveis de questionamento judicial, caso comprovada a inaceitável compra de votos de parlamentares para aprová-las."



Presidente da ACMP, Gomes Câmara e Assessor da CONAMP, Manuel Soares, durante ato público

Editorial

Acolhemos como Editorial o Manifesto dos membros do Ministério Público e Juízes brasileiros, contra a corrupção e

a favor da ética na política, pela sua expressividade e para que tenha a indispensável repercussão.

Todos nós exigimos a

apuração dos fatos e a consequente punição dos responsáveis pelos atos que maculam a representação política brasileira.

EXPEDIENTE

Jornal da ACMP

Julho/Agosto/2005

Ano IV - Nº 16

Órgão da Associação Cearense do Ministério Público - ACMP

Presidente:

Francisco Gomes Câmara

1º Vice-presidente:

Antônio Arcelino Oliveira Gomes

2º Vice-presidente:

José Raimundo Pinheiro de Freitas

1º Secretário:

Marcos Willam Leite de Oliveira

2ª Secretário:

Elder Ximenes Filho

1º Tesoureiro:

Régio Lima Vasconcelos

2ª Tesoureira:

Camila Maria Oliveira Saboya

Repr. dos Prom. Interior:

Herton Ferreira Cabral

Diretor de Relações

Públicas e Imprensa:

Alfredo Leonel Chaves

Conselho Superior:

Francisca Idelária Pinheiro

Linhares / Manuel Lima Soares

Filho / Alfredo Ricardo Holanda

Cavalcante Machado

Suplentes: Roza Lina do

Nascimento Maia / Francisco

Romério Pinheiro Landim /

Manuel Pinheiro Freitas

Jornalistas Responsáveis:

Denise Nunes

Mtb CE 01097 JP

Grazielle Albuquerque

Mtb CE 01545 JP

E-mail: imprensa@acmp-ce.org.br

Editoração Eletrônica:

Everton Viana

evertonviana@terra.com.br

Fotos:

Carlos Bentivi / BG/Press

Tiragem:

1.500 exemplares

Endereço da Redação:

Rua Dr. Gilberto Studart,

Nº - 1.700, Papicu

CEP 60.190-750,

Fortaleza/CE

Fone/Fax

(085) 3265.4600

Projeto Gráfico:

É Propaganda - 9976.7987

Manifesto

Carta Aberta à Nação

A República brasileira enfrenta uma de suas piores crises. As sérias denúncias de corrupção e emprego irregular de dinheiro afetam alguns partidos políticos e parcela do Congresso Nacional e do Executivo de uma forma nunca antes imaginada pela população.

Diante deste grave quadro, a Magistratura e o Ministério Público, na condição de agentes públicos conscientes de suas responsabilidades constitucionais e preocupados com os prejuízos à cidadania e à democracia, vêm a público manifestar suas posições:

1. Os fatos sob investigação jamais serão tratados pela Magistratura e pelos membros do Ministério Público sob o prisma ideológico, devendo preponderar o interesse público e a defesa do Estado Democrático de Direito.

2. Todas as situações existentes, baseadas em fundados indícios, exigem uma investigação isenta e criteriosa, por mais graves que sejam as irregularidades e mesmo que venham a atingir altas esferas do Poder Executivo e Legislativo. Uma vez comprovadas as práticas ilícitas, a punição deve obedecer à legislação e à Constituição da República. Não existe ninguém acima da lei, que foi feita para todos os cidadãos brasileiros, sem exceção.

3. A existência de previsão legal e constitucional para solução da crise, independentemente

dos agentes atingidos, afasta qualquer possibilidade de ruptura institucional. A punição dos culpados deverá se dar com os meios proporcionados pelo Estado Democrático de Direito, que à custa de grandes sacrifícios foi edificado entre nós.

4. Tanto os agentes do Ministério Público quanto a Magistratura se empenharão na identificação e punição dos culpados, abrindo espaço, assim, para o resgate dos valores imprescindíveis ao desenvolvimento democrático do Brasil, tais como: a ética na política, o respeito à lei e ao patrimônio público.

5. Dentre os vários atos ilícitos noticiados, causam especial inquietação os indícios de ações fraudulentas no processo legislativo, que, se restarem provadas, representam gravíssima traição ao princípio da representação popular.

6. A alegação de fraude generalizada à prestação de contas eleitoral, ainda que punida de forma insuficiente pela lei, constitui-se em afronta ao sistema de votação do país, na medida em que desequilibra a disputa e

confere hegemonia ao poder econômico em detrimento da vontade livre do eleitor.

7. A AMB, entidade que reúne 15 mil juízes, e a CONAMP, entidade que expressa o sentimento de 13 mil promotores e procuradores, assumem, perante a nação, o compromisso de apresentar propostas objetivas em 30 dias, na esfera eleitoral, para permitir maior efetividade da atuação da Justiça Eleitoral brasileira no próximo pleito. E, em 60 dias, outras propostas no âmbito cível e criminal direcionadas ao aprimoramento de mecanismos que permitam o fortalecimento de técnicas investigativas e de combate à corrupção e à improbidade.

Conclamamos a todos os brasileiros a manterem sua confiança nas instituições democráticas e na sua capacidade de solucionar a crise brasileira.

Brasília, 17 de agosto de 2005

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)

ACMP promove reunião com Diretorias Regionais

Os Promotores de Justiça das Diretorias Regionais XI e XII, Crato e Juazeiro do Norte, respectivamente, estiveram reunidos em junho com o Presidente da ACMP, Gomes Câmara, o tesoureiro da entidade, Régio Lima e o Promotor de Justiça Benedito Augusto da Silva Neto, no fórum de Juazeiro do Norte. O encontro selou a primeira de várias reuniões que a Diretoria da Associação realizará com as 12 Diretorias Regionais da ACMP implantadas nesta atual gestão.

Durante o encontro, a Diretoria da Associação destacou vários procedimentos que já vêm sendo desenvolvidos e que honram o compromisso de campanha, dentre eles a interiorização das ações da ACMP, sendo o primeiro passo a criação das Diretorias Regionais e a abertura para todos os associados das reuniões ordinárias.

Os Promotores de Justiça presentes ressaltaram, na ocasião, a importância da criação de um banco de dados que possibilite a ampla divulgação do trabalho desenvolvido pelos colegas do Interior. A idéia é a de que todos possam ter acesso as ações desenvolvidas resultando, assim, num intercâmbio ministerial.

As Diretorias Regionais – Elas surgiram diante da necessidade de melhoria das condições de trabalho dos Promotores de Justiça do Interior, bem como do intercâmbio entre os mesmos e a própria Associação. Funcionam por delegação e em nome da entidade, sendo a indicação dos Diretores Regionais sob a responsabilidade da Diretoria da ACMP.

Por meio do seu regimento interno as Diretorias Regionais têm inúmeras atribuições, dentre elas o estímulo à integração e ao intercâmbio entre as Promotorias do Interior; a organização de grupos de estudos e de trabalho; a organização de atividades de divulgação ou debate público sobre cidadania; o acompanhamento do desenvolvimento das políticas sociais, em nível municipal e estadual, nas áreas de atua-



ACMP e os membros das Diretorias Regionais XI e XII durante reunião

ção do MP; a divulgação das atribuições do Ministério Público e as finalidades da ACMP;

Ao total são 12 Diretorias Regionais (DRs) distribuídas em:

DR I – Maracanaú (Aquiraz, Eusébio, Caucaia, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maranguape, Pacajus, Pacatuba);

DR II – Baturité (Aracoiaba, Chorozinho, Ocara, Aratuba, Canindé, Caridade, Paramoti, Itatira, Capistrano, Itapiúna, Mulungu, Pacoti, Guaramiranga, Palmácia, Acarape, Barreira, Redenção);

DR III – Aracati (Fortim, Icapuí, Beberibe, Cascavel, Pindoretama, Jaguaruana, Itaiçaba);

DR IV – Quixadá (Boa Viagem, Madalena, Jaguaretama, Nova Jaguaribara, Madalena, Mombaca, Pedra Branca, Banabuiú, Ibarretama, Choró, Quixeramobim, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Solonópole, Deputado Irapuan Pinheiro, Milhã);

DR V – Itapipoca (Acará, Cruz, Jijoca de Jeriquaquara, Itarema, Amontada, Miraima, Bela Cruz, Irauçuba, Itapajé, Tejuçuoca, Itarema, Marco, Paracuru, Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio, São Gonçalo do Amarante, Paraipaba, São Luiz do Curú, Umirim, Trairi, Uruburetama, Tururu);

DR VI – Sobral (Camocim, Barroquinha, Cariré, Chaval, Coreá, Moraujo, Forquilha, Frecheirinha,

Granja, Martinópolis, Uruoca, Graças, Massapê, Senador Sá, Meruoca, Alcântaras, Morrinhos, Santana do Acaraú, Forquilha);

DR VII – São Benedito (Caranaubal, Guaraciaba do Norte, Croatá, Ibiapina, Ipu, Pires Ferreira, Ipueiras, Reriutaba, Varjota, Tianguá, Ubajara, Viçosa do Ceará, Mucambo, Graça, Pacujá);

DR VIII – Limoeiro do Norte (Alto Santo, Potiretama, Iracema, Pereiro, Ererê, Jaguaribe, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Ibiacuitinga, Quixeré, Russas, Palhano, Quixeré, Tabuleiro do Norte);

DR IX – Crateús (Hidrolândia, Independência, Quiteranópolis, Ipaporanga, Poranga, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Ararendá, Novo Oriente, Pambu, Santa Quitéria, Catunda, Tamboril, Tauá, Arneirós);

DR X – Iguatu (Acopiara, Aiuba, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Quixeló, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós, Saboeiro);

DR XI – Crato (Araripe, Potengi, Assaré, Antonina do Norte, Tarrafas, Barbalha, Campos Sales, Salitre, Farias Brito, Jardim, Santana do Cariri, Nova Olinde, Altaneira, Várzea Alegre);

DR XII – Juazeiro do Norte (Aurora, Baixo, Umari, Barro, Brejo Santo, Caririaguá, Granjeiro, Ipaumirim, Mauriti, Milagres, Abaiara, Missão Velha, Poretiras, Jati, Penaforte).

MP de Pedra Branca realiza curso de cidadania

Controle Social e Transparência na Administração Pública. Este foi o tema central do curso realizado na cidade de Pedra Branca para membros de associações comunitárias, lideranças sindicais, servidores públicos, acadêmicos, estudantes e comerciantes locais. O evento foi ministrado na comarca, entre julho e agosto, pelo Promotor de Justiça Alexandre Pontes Aragão, que na época atuava no Município. Segundo ele, a finalidade do encontro foi a de explicar de forma didática o passo-a-passo de como a sociedade local deve fiscalizar e exercer o devido controle sobre a gestão pública.

Inúmeras iniciativas foram instigadas pelo Promotor de Justiça aos presentes, dentre elas a de criar o hábito em consultar a prestação de contas do Município, de cobrar providências das autoridades, de acompanhar a entrada e a aplicação de recursos federais junto à cidade, de identificar fraudes nos processos licitatórios "enfim, exercer todas as formas possíveis para se atin-

gir uma cidadania plena no que tange à relação cidadão-administração pública."

Vários foram os temas voltados à cidadania, dentre eles os mitos da não violência no Brasil e da passividade do povo brasileiro, a transparência da gestão pública, o papel do Ministério Público, a constituição e papel dos Conselhos instituídos por lei para o controle social da gestão pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal, quais os tipos e como identificar fraudes em licitações e compras governamentais, os crimes contra a Administração Pública, crimes de lavagem de dinheiro e a Lei de Improbidade Administrativa.

O curso contou com uma participação especial dos Promotores de Justiça da comarca de



Acopiara Luís Alcântara e Her-ton Cabral, este último representando a Associação Cearense do Ministério Público. Ambos proferiram palestras direcionadas ao assunto em questão.

Para Alexandre Pontes Aragão, o evento superou as expectativas. "Ele foi bem além do que esperava. Mesmo sem qualquer exposição na mídia local, a repercussão do curso foi realmente impressionante, de forma que posso dizer, com completa segurança, que foi positiva", completou.

Secretário de Saúde de Tauá é afastado da função

O secretário de Saúde de Tauá, Moacir de Sousa Soares, foi afastado em agosto, de suas funções por praticar atos de improbidade administrativa, dentre eles a contratação, sem licitação, da prestação de serviços por Juts Érico Cavalcante Filho, filho do vereador da cidade, Luiz Cavalcante Dias. A decisão do juiz Roberto Soares Bulcão Coutinho atende a uma ação civil pública impenetrada pelos Promotores de Jus-

tiça da comarca, Hugo Vasconcelos Xerez, Agostinho Oliver e Neemias de Oliveira Silva.

Na ação civil pública os membros do Ministério Público estadual solicitam a rescisão do contrato ilícito com Juts Érico Cavalcante Filho, e o afastamento do titular da pasta de saúde para que o mesmo não atrapalhe as investigações pertinentes a outros atos de improbidade praticados por ele.

De acordo com os Promoto-

res de Justiça essa prática do Secretário de Saúde de Tauá não se restringe apenas a este caso. Outras pessoas da administração pública local também estão envolvidas, dentre elas o vice-prefeito, Francisco Alves Passos, que, segundo investigações do Ministério Público, estava fornecendo medicamentos ao Município por meio de um contrato com seu estabelecimento comercial, no caso uma farmácia.

Ministério Público coibe caça ilegal de avoante em Morada Nova

Mais de dois milhões de ovos e filhotes de avoante já foram destruídos na zona rural de Morada Nova, interior do Estado. O número alarmante preocupou o Ministério Público estadual que solicitou a presença do Ibama e da Polícia Militar local para efetivar o procedimento administrativo e criminal coibindo a ação dos caçadores que estão invadindo à noite os três pombais (locais de reprodução) situados num sítio de 180 hectares situado a 10km da cidade.

De acordo com o Promotor de Justiça da região, José Evilázio Alexandre da Silva, a ação ostensiva iniciou no final da semana passada quando profissionais do Ibama, coordenados por Marcelo Teixeira, e da Polícia Militar, sob a responsabilidade do Capitão Farias, partiram em diligência ao local onde está ocorrendo a caça ilegal e predatória de avoantes.

Até o momento nenhum caçador foi preso devido a grande extensão dos pombais, e a dificuldade de acesso ao local mas



o Promotor de Justiça garante que a atuação do Ibama e da Polícia Militar, em parceria com o Ministério Público além do trabalho preventivo resultará, em breve, na autuação dos culpados, caso não cesse de imediato o

crime ambiental praticado. A época de reprodução da ave ocorre de junho a agosto. A caça com o intuito de venda e/ou na época de reprodução da avoante é totalmente ilegal, causando, inclusive, danos ao meio ambiente.

MP de Baturité atua no novo Fórum

Desde o início de agosto as 1ª e 2ª Promotorias de Baturité estão instaladas em um novo ambiente: no prédio recém inaugurado do Fórum da cidade. Com a mudança cada membro do Ministério Público cearense está trabalhando numa sala individual, diferente do que ocorria no Fórum anterior, quando dividiam o mesmo recinto.

Além da mudança, outro fator importante contribuiu para a melhoria e otimização do atendimento dos Promotores de Justiça que atuam na comarca, Iertes Meyre Gondim, e André Barreira Rodrigues. É que o novo Fórum funciona no Centro da cidade, diferente do antigo que estava situado a 3 quilômetros deste bairro.

A Promotora de Justiça Iertes Meyre avalia de forma positiva o novo espaço de trabalho. "Melhorou 100% porque facilitou a execução do trabalho. Agora podemos atuar melhor e

de maneira mais reservada. Além disso, percebemos que aqui é mais fácil a viabilidade do acesso à justiça por estar localizado num local central", completou.

A conquista por novas salas ocorreu graças a atuação dos dois Promotores de Justiça que realizaram uma campanha nas rádios e nas escolas da cidade. Na ação foi realizada uma enquete que buscava, principalmente, abordar a importância do acesso fácil e rápido à justiça. A resposta da sociedade local resultou no que hoje se pode constatar no Fórum de Baturité.



A resposta da sociedade local resultou no que hoje se pode constatar no Fórum de Baturité

Na oportunidade foram homenageados In Memoriam os Drs. Francisco Uchôa de Albuquerque e Airton Castelo Branco Sales, respectivamente, concedendo seus nomes às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça.

Posse dos Departamentos

Breves



Os novos membros do Conselho Editorial da Revista Ministério Público & Sociedade, da ACMP, estiveram reunidos no início de agosto. Durante o encontro os integrantes reiteraram a linha editorial da revista, que é veiculada nacionalmente, e outorgaram o novo layout do produto. O Conselho Editorial da Ministério Público & Sociedade é composto por: Francisco Gomes Câmara, Alfredo Leonel Chaves, Manuel Lima Soares Filho, João de Deus Duarte Rocha, Antônia Lima Sousa, Manuel Pinheiro de Freitas, Luciana de Aquino Vasconcelos Frota, Laércio Martins de Andrade, Maria Elaine Lima Maciel, Marcus Vinícius Amorim de Oliveira, Pedro Casimiro Campos de Oliveira, Francisco Rinaldo de Sousa Janja, Francisco Diassis Alves Leitão, Benon Linhares Neto e Hugo José Lucena de Mendonça.



Reunião de integrantes dos Departamentos

A Diretoria da ACMP nomeou em agosto os novos membros do Departamento Cultural e do Departamento de Assuntos Legislativos e Institucionais. Os Departamentos da Associação prestam

relevante apoio às ações da Associação, daí a importância de seu pleno funcionamento, sendo seus membros considerados assessores da Diretoria. Confira abaixo as composições respectivas:

Dep. Cultural

Francisco Edson de Sousa Landim;
Emmanuel Roberto Girão de Castro Pinto;
Marcus Vinícius Amorim de Oliveira;
Emilda Afonso de Sousa;
Raimundo José Bezerra Parente;
Maria do Socorro Gurgel Serra de Alencar;
Paulo de Queiroz Magalhães Vitoriano Nobre;
Tadeu Francisco Sobreira Sales;
Plácido Barroso Rios.

Dep. Ass. Leg. Inst.

Johnson Lira Coelho;
Alfredo Ricardo Holanda Machado;
José Valdemiro de Melo;
Halley de Carvalho Filho;
Vera Lúcia Correia Lima;
Nestor Alexandre de Souza Júnior;
Fabrício Barbosa Barros;
Hugo Vasconcelos Xerez;
Roza Lina do Nascimento Maia;
Luiz Alcântara Costa Andrade.



CONAMP Nordeste discute Subsídios nos MPs

Presidentes das Associações filiadas que integram a Diretoria da região Nordeste da CONAMP estiveram reunidos na tarde do dia 21 de julho em Fortaleza. Em pauta, a situação da implantação dos subsídios nos Ministérios Públicos dos Estados nordestinos, reflexos da aprovação do novo teto salarial do STF, dentre outros assuntos pertinentes.

A situação da tramitação dos PL's da Magistratura/STF e do Ministério Público Federal no Congresso Nacional foi destacada também. Segundo o presidente da CONAMP, Promotor de Justiça João de Deus Duarte Rocha, não há nenhuma dúvida de que as PL's não sejam sancionados, como de fato ocorreu a sanção e publicação das leis respectivas no final de julho.

O Presidente da CONAMP completou a fala ressaltando que os MPs nordestinos devem lutar também pela implantação da remuneração digna e proporcional àquelas já definidas na esfera federal e

equivalentes aos outros Estados brasileiros que já implantaram subsídios com base na remuneração atual dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

No tocante à implantação do subsídio em nível regional, dos nove Estados nordestinos Pernambuco, já recebe a contribuição, mas sem a simetria com os valores pagos à magistratura local. O Ceará também remunera Promotores e Juizes em parcela única e nos mesmos valores para as duas carreiras, não havendo, portanto, maiores dificuldades para a adequação. Por sinal a ACMP vem mantendo constantes contatos com setores do Executivo, com a Associação Cearense dos Magistrados e, principalmente, com a Procuradora Geral de Justiça, a quem compete a implementação. Nos demais Ministérios Públicos várias são as especificidades que serão tratadas caso a caso até a implantação da nova forma de remuneração.

O Assessor especial da CO-

NAMP, Promotor de Justiça, Manuel Lima Soares Filho, fez circunstanciada exposição analítica do texto constitucional (Emendas 41, 45 e 47) focalizando abrangência e aplicabilidade, mormente nos Estados.

Ao fim da reunião foram dados alguns encaminhamentos, dentre eles o de que caberá à Conamp Nordeste adotar uma posição expressiva, em forma de moção, no que tange à simetria de subsídio ao MP e magistratura pernambucanos.

Estiveram presentes à reunião o presidente da ACMP, Promotor de Justiça Francisco Gomes Câmara, o tesoureiro da ACMP, Promotor de Justiça Régio Lima, o presidente da CONAMP, Promotor de Justiça João de Deus Duarte Rocha, o assessor da presidência da CONAMP, Manuel Lima Soares, e os Promotores de Justiça Luís Gonzaga Martins (MA), Augusto Flávio Azevedo (RN), Antônio Malta (AL), Norma Angélica (BA), João Geraldo Carneiro (Paraíba), Laís Coelho (PE), José do Egito (PI) e Gilton Feitosa (SE).

Criada comissão para atualizar e revisar Código do MPE

Atendendo solicitação da Procuradora Geral de Justiça do Ceará, Iracema do Vale, por meio de ofício encaminhado no início de julho deste ano, a ACMP indicou, em ofício posterior, o nome de dois membros da Entidade de Classe para compor a comissão de atualização e revisão do Projeto de Lei do Novo Código do Ministério

Público do Estado do Ceará. São eles: Procuradora de Justiça Francisca Idelária Pinheiro Linhares e Promotor de Justiça Manuel Lima Soares Filho.

O grupo já recebeu a minuta do projeto sobre o assunto para conhecimento e avaliação, reunindo-se no mês de setembro. Os demais membros da comissão são: Procuradores de

Justiça, Maria Luíza Fontenele de Paula Rodrigues, Maria Gleuca Pinheiro Viana Martins, Osmilda Maria Fernandes de Oliveira, Vera Lúcia Correia Lima, Maria Nailê Carlos Peixoto, José Maurício Carneiro e Sheila Calvalcante Pitombeira.

Os nomes foram divulgados no Diário da Justiça do Estado no início de agosto.